HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO DE ÉVORA, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 1281/2012

Por deliberação de 16 de junho de 2011 do Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo de Évora, E. P. E.:

Dr. José Eduardo Chambel de Aguiar, Chefe de Serviço Hospitalar de Cardiologia, nomeado em comissão de serviço para exercer as funções de Diretor do Serviço de Cardiologia, com efeitos a 01 de junho de 2011. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

14 de setembro de 2012. — A Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, *Maria Teresa Rodrigues dos Santos Correia Fernandes*.

206387891

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, E. P. E.

Deliberação (extrato) n.º 1282/2012

Por deliberação de 4 de setembro de 2012, do Conselho de Administração da ULS — Castelo Branco, E. P. E.:

Autorizada a dispensa de prestação de serviço de urgência, à Dra. Arnandina Maria Abrantes Loureiro, Assistente Graduada Sénior de Cirurgia Geral, a partir de 4 de setembro de 2012, de acordo com o n.º 6, da cláusula 43.ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 2/2009, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 198, de 13 de outubro de 2009. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

13 de setembro de 2012. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. António Vieira Pires.*

206386198

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, E. P. E.

Despacho (extrato) n.º 12353/2012

Torna-se público que, por despacho da Sra. Enfermeira Diretora da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E., de 3 de abril de 2012, foi autorizada a retoma do horário de trabalho em tempo completo, 35 (trinta e cinco) horas semanais, à Enfermeira Maria Elisabete Marques Sousa que se encontrava em regime de tempo parcial, 24 (vinte e quatro) horas, desde 1 de fevereiro de 2005, a partir de 1 de maio de 2012. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de setembro de 2012. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Gestão Documental, *Manuel Alexandre Costa*.

206385728

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORTE ALENTEJANO, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 12596/2012

Procedimento concursal comum para preenchimento de dois postos de trabalho na categoria de assistente de radiologia da carreira especial médica hospitalar

1 — Nos termos do disposto na cláusula 7.ª do acordo coletivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego,* n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, celebrado entre a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E. e outros e da Federação Nacional de Médicos e outros, relativo à tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho da carreira especial médica, adiante designado por Acordo, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto, que estabelece o regime da carreira dos médicos nas entidades públicas empresariais, integradas no Serviço Nacional de Saúde, bem como, os respetivos requisitos de habilitação profissional e percurso de progressão profissional e de diferenciação técnico-científica, torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração, de 31/08/2012, se encontra aberto procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego privado por tempo indeterminado, cujo contrato será celebrado ao abrigo da legislação laboral privada aplicável — Código do Trabalho e demais legislação avulsa —, destinado ao preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho na categoria de assistente da carreira especial médica para o Serviço de radiologia, da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E., de acordo com o despacho conjunto n.º 12083/2011, de 15 de setembro, foi devidamente autorizado por despacho de 05 de junho de 2012 do Sr. Secretário de Estado da Saúde.

2 — Tipo de concurso — o concurso é externo geral, aberto a todos os médicos detentores dos requisitos de admissão, independentemente de serem ou não, titulares de relação jurídica de emprego, público ou privado, com alguma Instituição do Serviço Nacional de Saúde, com a ressalva de que, nos termos da alínea *f*) da cláusula 7.ª do Acordo, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados em carreira, sejam titulares de categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem posto de trabalho previsto no mapa de pessoal do órgão ou serviço idêntico ao posto de trabalho para cuja ocupação é publicitado este procedimento.

3 — Prazo de validade — o procedimento concursal é válido para a ocupação do(s) posto(s) de trabalho enunciado(s), terminando com o seu preenchimento.

4 — Política de igualdade — em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5 — Prazo de apresentação de candidaturas — 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.*

6 — Legislação aplicável — o procedimento concursal rege-se pelo disposto no acordo coletivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego,* n.º 48, de 29 de dezembro, de 2011, celebrado entre a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E. e outros e da Federação Nacional de Médicos e outros, relativo à tramitação do procedimento concursal de recrutamento para os postos de trabalho da carreira especial médica, e pelo Decreto-Lei n.º 176/2009, de 04 de agosto.

7 — Caracterização do(s) posto(s) de trabalho — ao(s) posto(s) de trabalho apresentado(s) a concurso corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto e na cláusula 10.ª do Acordo.

8 — Local de trabalho — Hospitais Dr. José Maria Grande — Portalegre e Santa Luzia — Elvas, da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E., sem prejuízo do regime de mobilidade geral aplicável às relações jurídicas de emprego ao abrigo do Código do Trabalho.

9 — Remuneração base mensal ilíquida — nos termos do artigo 34.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, a remuneração base mensal ilíquida a atribuir corresponde à remuneração de ingresso na categoria para os trabalhadores com relação jurídica de emprego público, no regime de tempo completo, cabendo apenas a proporção para o regime de 40 horas semanais, a que corresponde o valor de 2.118,81 € (dois mil cento e dezoito euros e oitenta e um cêntimos).

10 — O período normal de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais.

11 — Requisitos de admissão — podem ser admitidos a concurso os candidatos que reúnam, até ao termo do prazo de candidatura, os seguintes requisitos:

11.1 — Possuir o grau de especialista em radiologia;

11.2 — Estar inscrito na Ordem dos Médicos e ter a situação perante a mesma regularizada.

12 — Formalização das candidaturas — a candidatura deverá ser efetuada através de requerimento, dirigido à Sr.ª Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E., em suporte de papel, e ser entregue pessoalmente no Serviço de Expediente, sito no Hospital Dr. José Maria Grande, Avenida de Santo António — 7300-853 Portalegre, durante o horário normal de expediente do serviço (9.30 às 12.00 e das 14.00 às 17.00), ou enviada através de correio registado, com aviso de receção, para Avenida de Santo António — 7300-853 Portalegre, até à data limite fixada na publicitação, contendo obrigatoriamente os seguintes elementos:

a) Identificação do procedimento concursal, com indicação da carreira, categoria e atividade caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar;

b) Identificação da entidade que realiza o procedimento, quando não conste expressamente do documento que suporta a candidatura;

c) Identificação do candidato pelo nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal e endereço postal e eletrónico, caso exista;

d) Situação perante cada um dos requisitos de admissão exigidos, designadamente os relativos ao nível habilitacional e à área de formação académica ou profissional;

e) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os factos constantes da candidatura.

13 — Documentos — O requerimento deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Documento comprovativo da posse do grau de especialista na área de exercício profissional a que respeita o concurso;
b) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;
c) Cinco exemplares do *curriculum vitae* que, embora obrigatoriamente elaborado em modelo europeu, proceda a uma descrição das atividades desenvolvidas, devidamente datados e assinados.

Os documentos referidos nas alíneas *a*) e *b*) podem ser substituídos, respetivamente, por declaração comprovativa da sua existência, emitida por entidade competente ou por declaração no requerimento, sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra perante a inscrição na Ordem dos Médicos.
14 — Métodos de seleção — nos termos da cláusula 22.ª do Acordo, são adotados como métodos de seleção dos candidatos a avaliação e discussão curricular.
15 — Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.
16 — As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos critérios de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.
17 — Os resultados da avaliação e discussão curricular são estruturados numa escala de 0 a 20 valores, apenas podendo ser contratados os candidatos que obtenham classificação final igual ou superior a 10 valores.
18 — Em situações de igualdade de valoração, aplicam-se os critérios de ordenação preferencial estabelecidos no Acordo.
19 — A lista de candidatos admitidos e excluídos e a lista unitária de ordenação final dos candidatos serão afixadas no *placard* do Serviço de Gestão de Recursos Humanos e Secretariado do Conselho de Administração e notificadas aos candidatos por mensagem de correio eletrónico, acompanhada de cópia das listas, e serão publicadas no *Diário da República,* 2.ª série.
20 — Constituição do júri:

a) Presidente — Dr. Jorge Fernandes Ferreira Gomes, Diretor Hospitalar da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE.
b) Vogais:

Dr. João Vítor Machado Pinto, Assistente Graduado Sénior Hospitalar de Radiologia, da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE.
Dr.ª Ana Margarida Coelho Frederico, Assistente Hospitalar de Radiologia da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE;
Dr.ª Maria Isabel Carrilho Lima Lopes Vasques, Assistente Graduada Hospitalar de Radiologia, da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE;
Dr.ª Maria Helena das Dores Tareco Rosa Marmelo, Assistente Hospitalar de Radiologia, da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE.

Sendo o primeiro vogal referido o substituto do presidente nas suas ausências e impedimentos.
Qualquer informação adicional poderá ser obtida junto do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, através de contacto por correio eletrónico para o endereço recursoshumanos@ulsna.min-saude.pt.

14 de setembro de 2012. — A Presidente do Conselho de Administração, *Dr.ª Dorinda Maria Carvalho Gomes Calha.*

206387956

PARTE H

CI-AMAL — COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE

Aviso n.º 12597/2012

CI–AMAL — Comunidade Intermunicipal do Algarve

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por deliberação do Conselho Executivo da AMAL, de 30 de julho de 2012, foi aplicada à trabalhadora Sónia Maria Fernandes a pena de demissão ou despedimento por facto imputável ao trabalhador, prevista no artigo 18.º e na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 9.º, ambos do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro. A referida deliberação produziu efeitos a partir do dia 8 de agosto de 2012.

12 de setembro de 2012. — O Presidente do Conselho Executivo, *José Macário Correia.*

306382869

MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

Aviso n.º 12598/2012

Isabel Cristina Soares Vicente, Vereadora da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Alcácer do Sal:

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º.2 do artigo 81.º e na alínea *d*), do n.º.4 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação, dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, que mediante proposta da Câmara, a Assembleia Municipal, por deliberação de 26 de julho de 2012, aprovou o Plano de Pormenor dos Brejos da Carregueira, do qual se publica, em anexo, o regulamento, a planta de zonamento e a planta de condicionantes.

3 de setembro de 2012. — A Vereadora do Pelouro, *Isabel Cristina Soares Vicente*.

DELIBERAÇÃO

-----**Teresa Margarida Emídio da Graça**, Assistente Técnica;----------
----- **Certifico que**, na ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e seis de julho de dois mil e doze, consta a deliberação do seguinte teor, aprovada em minuta no final da mesma.-
---
----- "**Análise e Votação de uma Proposta da Câmara Municipal para Aprovação do Plano de Pormenor dos Brejos da Carregueira".**----------
----- " Foi presente à Sessão da Assembleia Municipal para votação o documento em título que se dá por transcrito e reproduzido, ficando anexo à ata, sendo da mesma parte integrante."----------
----- **Deliberação:**----------
---------- **Aprovada por maioria, com um voto contra do eleito pelo BE.**----------
----- É certidão que se extraí e vai conforme o original.----------
----- Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, ao dia dezasseis do mês de agosto de dois mil e doze.----------

A Assistente Técnica
Teresa Graça